

07 FEV 1985

Os efeitos da moratória

por Tom Camargo
de Londres

A comunidade financeira internacional está tomada por uma "enganadora calma" e por isso sequer presente que os principais países devedores do Terceiro Mundo poderão declarar o "default" de suas obrigações externas já em 1985 ou logo em 1986.

Os diversos acordos assinados com os grandes bancos europeus e norte-americanos, sob a égide do Fundo Monetário Internacional, e o fato de vários países já terem adaptado suas economias aos modelos ditados pelo órgão ser-

viriam apenas para ocultar uma tensão que poderá desaguar no completo repúdio aos arranjos preparados desde o final de 1982.

Estas constatações aparecem num recém-publicado trabalho editado pelo Fundo do Século 20, um centro de estudos norte-americano que se dedica a esmiuçar questões correntes da economia e da política, oferecendo ao final o que considera "indicativos razoáveis" de seus desdobramentos num futuro próximo. A entidade é particular e mantida com doações de empresas particulares e de fundações.

Segundo Anatole Kaletsky — editorialista e conceituado autor de artigos especiais do diário econômico Financial Times, que foi comissionado pelo Fundo do Século 20 para escrever sobre a crise da dívida internacional —, inúmeros países em dificuldades têm gradativamente fortalecido suas economias, tornando-se mais reticentes quanto às demandas feitas por seus credores.

Ele assume que da defensiva poderão passar para o ataque, escudados numa crescente ampliação de suas reservas de energia, alimentos e matérias-primas.

Brasil, México e Venezuela já teriam as condições para decretar uma "moratória com conciliação", um esquema que previria um misto de colaboração com os credores e negação unilateral das dívidas.

O Brasil, no entender de Kaletsky, obteria efetivo lucro financeiro se decretasse um "default". Eventuais medidas de retaliação não teriam peso sufi-

ciente para neutralizar as vantagens obtidas.

Nessa altura dos acontecimentos os governos seriam os únicos capazes de desequilibrar o jogo. Melhor dizendo, dependeria quase exclusivamente do Estados Unidos a execução de um bloqueio econômico-financeiro contra os devedores desalinhados.

O estudo desmonta a tese, popular durante algum tempo, pois animada pelo próprio sistema bancário, de que às declarações de moratória se seguiriam sucessivos colapsos de instituições financeiras, culminando em notável desarranjo da própria economia ocidental.

Kaletsky diz que mesmo os maiores bancos norte-americanos — do Citicorp ao Chase Manhattan — teriam condições de sobreviver se pudessem contar com apoio irrestrito de Washington. Algo na linha, mas em megaproporção, do que se fez pelo Continental Illinois. Os nove maiores bancos dos Estados Unidos emprestaram aos seis principais países deve-

dores cerca de 80% a mais do que tinham registrado como capital integralizado por seus acionistas.

Mesmo que entre esses muito grandes se registrassem baixas, o sistema bancário norte-americano ainda teria estamina suficiente para sobreviver. O estudo lembra que existem nos Estados Unidos 15 mil bancos com poucos débitos pendentes no Terceiro Mundo. Seus ativos seriam quatro vezes maiores do que os ativos somados das dez maiores casas do país.

Bancos de outras praças teriam ampliadas suas reservas para devedores duvidosos a um nível que já os protegeria do pior.

A receita proposta pelo autor, no sentido de superar o inevitável confronto entre os que não podem pagar e os que querem receber, consiste basicamente na palavra "cooperação". Seu enunciado é simples: os credores aceitariam receber menos do que dizem ter direito, deixando assim recursos para que os devedores voltassem a crescer.